



RACISMO CONTRA NEGROS E INDÍGENAS SUAS PERSPECTIVAS E DASAFIOS NA CONTEMPORÂNEIDADE

GT 4: Educação e Povos Indígenas

Trabalho completo

Poliana da Cruz Silva¹ (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT -
Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq)
e-mail: polianacruznb@gmail.com

Beleni Saléte Grando² (Docente da rede federal/Cuiabá/Mato Grosso)
e-mail: beleni.grando@gmail.com

Resumo

O artigo debate o racismo contra negros e indígenas, assunto polêmico e delicado que desde os processos de escravização se perpetua incisivamente na sociedade. As discussões neste texto são concebidas a partir dos estudos realizados na disciplina Seminário Avançado I da linha de pesquisa Movimentos Sociais, política e educação popular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Conclui-se que o racismo ainda impacta na vida da sociedade indígena, que coletivamente, se expressa sobre esse problema social que, no movimento indígena realizado em Cuiabá-MT, a presença indígena contribui para aprendermos mais sobre o fechamento da tese.

Palavras-chave: Racismo. Negros. Indígenas.

1 Introdução

O trabalho resulta dos estudos realizados em artigos e livros discutidos em sala de aula e leituras de outros autores, entre os quais destaco: O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes, de Nilma Lino Gomes (2010); Racismo Contra Indígenas: reconhecer é combater, de Kércia Priscilla Figueiredo (2017); Existência e Diferenças: O Racismo Contra os Povos Indígenas, de Felipe Milanez, et. al. (2019); O que é Lugar de Fala? da autora Djamilia Ribeiro (2017) e outros autores que contribuem com a narrativa e perspectiva abordada.

Neste sentido, entre atraso e progresso podemos assim vislumbrar o racismo? Eis a questão, que ainda paira sobre a sociedade contemporânea, visto que, quando se fala em racismo o mesmo já é fortemente associado ao negro que consequentemente é o fenótipo de raça que mais sofre na pele e na alma o racismo individual e estrutural, existente na sociedade. No entanto, observa-se com o passar do tempo que esse racismo se estende para outros grupos sociais e etnias dentro do Brasil, em específico, no estado de Mato Grosso, vislumbra-se o racismo contra os povos indígenas, quilombolas, ciganos entre outros.



Sobre as discussões e reflexões sobre o racismo contra negros e indígenas, de acordo com isso Nilma Lino Gomes em seu artigo intitulado “O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos Saberes”:

[...] quanto mais aumenta a consciência da população pelos seus direitos, mais a educação é tomada na sua especificidade conquanto direito social. E mais, como um direito social, que deve garantir nos processos, políticos e práticas educativas a vivência da igualdade social, da equidade e da justiça social aos diferentes grupos sociais e ético-raciais [...] (Gomes, 2010, p. 134).

Visto isso, tanto para a população negra quanto para a população indígena o conhecimento sobre seus direitos é primordial para avançarmos em direção às conquistas e a superação do racismo. É notório que mesmo com o fim da escravidão muitos corpos negros ainda ocupam as camadas mais pobres da sociedade, rejeitados em certos ambientes e propícios para outros que estejam ligados ao servir, limpar e carregar.

É fácil vislumbrar o racismo nos dias atuais, mediante os olhares, posicionamentos, comportamentos, vestimentas e até mesmo nos posts em redes sociais, uma vez que a internet se caracteriza enquanto terra sem lei, promíscua, e com muitos usuários que reproduzem de forma avassaladora os mais diversos tipos de racismo, com um agravante que não se baseia na posição social ou poder aquisitivo, mas sim nos princípios individuais, separatistas de superioridade racial e intelectual.

Em contexto metodológico o presente artigo, é fruto das leituras bibliográficas e discussões realizadas ao longo das aulas da disciplina de Seminário Avançado I da linha de pesquisa movimentos sociais, política e educação popular, curso de mestrado em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Tendo em vista que, o produto final das apresentações de seminários e discussões levantadas durante as aulas seria o desenvolvimento de um artigo avaliativo, com alguns dos temas que foram discutidos em sala e que de certo modo dialoga com o nosso objeto de pesquisa de mestrado, sendo os eleitos para a presente discussão neste artigo a população negra e indígena, configurando a partir disso o trabalho em evidência.

2 O racismo contra negros e indígenas e suas origens

Ao adentrar essa temática, podemos afirmar que o racismo em relação à população indígena e negra no Brasil atual é resultado do processo de euro-colonização aqui implantado com base na exploração do trabalho e do conhecimento sobre a exploração dos recursos naturais, da agricultura e tecnologias das populações indígenas e negras, que foram



explorados, escravizados e até exterminados, subalternizados e inferiorizados. Com isso, o racismo, que antes era restrito a casa grande e invisibilizada no interior da mesma, ganha dimensão em outros espaços e aspectos ecoando com mais força na sociedade, mesmo com a escravidão sendo abolida no papel no ano de 1888, ainda, permaneçam seus resquícios na contemporaneidade. Visto isso, o artigo intitulado: “Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas”, evidencia a seguinte reflexão:

A historiografia tradicional pouca atenção deu ao protagonismo da resistência indígena à colonização, e as abordagens da “transição” da escravidão indígena para a negra não apenas reforçaram a narrativa da extinção – que coloca os indígenas prementemente num lugar pertencente ao passado –, como também serviram para desconsiderar o violento sistema de exploração da força de trabalho, a espoliação e o genocídio que permanecem desde o primórdio da colonização até os dias atuais (Milanez; Felipe, et al. 2019, p. 2163).

No texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, podemos analisar a garantia de alguns direitos relacionados ao viver em sociedade de várias raças, para início dessa análise, como expressa o “Art. 205 – educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1988, p. 123).

É difícil concordar que um direito assegurado na constituição há 36 anos atrás, ainda é pauta das populações indígenas como ouvimos no debate do movimento indígena ocorrido no Acampamento Terra Livre - ATL, realizado na cidade de Cuiabá-Mato Grosso, especialmente no dia 05 de abril de 2024, onde as principais petições dos povos indígenas presentes pautavam a educação e a saúde para os povos indígenas, independente das etnias. Vale ressaltar, que 43 dos povos indígenas existentes são residentes do estado de Mato Grosso e o último censo do IBGE realizado em 2022, e os dados apontam um crescimento da população indígena no país, o que significa o aumento, ainda maior das demandas, que já foram constatadas em 2022, mediante ao crescimento da população indígena e as demandas que ainda não foram sanadas.

É pertinente analisar como o ATL é um espaço para diálogo com as populações indígenas do estado de Mato Grosso e também com os demais não indígenas da sociedade, mas observa-se que este espaço e momento de escuta social se restringe aos povos originários, autoridades do estado de Mato Grosso, professores, pesquisadores e estudantes, que procuram se inteirar e compreender a questão indígena. Entretanto, o interesse da população em compreender as necessidades indígenas é inconsistente e superficial, fazendo com que as práticas racistas permaneçam na sociedade mato-grossense.



Sendo que, os dias vistos como propícios para se trazer a cultura e história dos negros e indígenas se restringe somente ao dia da consciência negra, ou ao dia dos povos indígenas. Dentro da ATL um jovem estudante ao fazer uso da palavra, ressaltou a todos os presentes que: “O estudo sobre os povos indígenas ainda não é feito na escola de maneira correta e consciente, pois, grande parte dos jovens são racistas e preconceituosos perante aos indígenas” (informação verbal)¹.

Observa-se que, as falas desse jovem, se entrelaçam com aquilo que a realidade brasileira constatada dentro do estado de Mato Grosso - MT. Com viés de reflexão, se fizermos alguma pergunta para os jovens de outros estados brasileiros, sobre o ensino nas escolas ou convívio social com os povos indígenas, a resposta seria diferente? Ou ainda pode-se ser feito, um auto exame individual de conduta e posicionamento nas conversas informais e de senso comum do cotidiano, por exemplo se perguntasse pra si mesmo a seguinte questão: eu já cometi algum racismo contra os indígenas ou negros?

Buscando responder a essas inquietações, nos encontramos no artigo de Kércia Priscilla Figueiredo Peixoto, que nos situa em uma melhor relação ao reconhecer o racismo contra o indígena é o princípio para combater o mesmo, sua pesquisa fruto da sua tese de doutorado, tem como base o estudo do racismo contra os indígenas, é interessante pensar a seguinte questão que a autora relata em seu artigo “[...] me deparei com muitas pessoas que perguntavam do que se tratava a minha pesquisa. A resposta de que eu estudava o racismo contra os indígenas causava um misto de surpresa e espanto suscitando muitas vezes um novo questionamento: “existe racismo contra o índio?” (2017, p. 27).

Para compreendermos como o racismo se manifesta é necessário fazer uma releitura ainda nos primórdios do chamado “descobrimento”. A partir disso, conseguimos tecer conectivos com as realidades do racismo ainda existente e que perpassa gerações. Visto que, por parte dos indígenas é necessário esse reconhecimento do racismo, que muitas vezes eles sofrem, mais caracterizam como sendo outras coisas, como a autora traz, mediante ao que foi constatado nas entrevistas realizadas:

A ideia de que o indígena não sofria racismo foi reproduzida muitas vezes involuntariamente pelos entrevistados. As violências sofridas pelos indígenas são chamadas popularmente de preconceito ou discriminação, raramente racismo. O indígena é ainda associado à questão cultural e isso é resultado da construção da nacionalidade brasileira (Peixoto, 2017, p. 28).

¹ Fala de um estudante do ensino médio da rede de ensino estadual do município de Cuiabá, no Acampamento Terra Livre - ATL, em 05 de abril de 2024.



Um racismo que perpassa todos os ambientes sem exceção, pois, esse comportamento racista é algo do humano, tendo em vista os escritos de David Le Breton em Antropologia do Corpo e Modernidade, o corpo negro e o corpo indígena caem no campo do enigma e da exclusão, visto que, o corpo negro vive imerso a todas as ondas de racismo persistentes na contemporaneidade, lutando a séculos por um espaço que vem se consolidando de maneira árdua, solidificada com base em muito sangue e sofrimento negro o que não é diferente para os indígenas que tem sua base, no extermínio de suas populações ocasionados até nos dias de hoje pelo homem branco, uma vez que a sociedade avança sobre suas terras para manter a subsistência do não indígena com plantações exorbitantes, sem levar em conta a subsistência do indígena dentro de suas aldeias, muitas delas rodeadas por fazendas o que é o arquétipo que se visualiza em Mato Grosso.

Vale ressaltar, que a incorporação dos corpos indígenas à sociedade não indígena é algo de tamanha complexibilidade, uma vez que temos a questão da língua materna, da cultura e costumes, e além dessas questões ainda temos o racismo e a incompreensão de uma sociedade dita moderna e avançada, que inevitavelmente se associa mais a tecnologia e criação de múltiplas mídias do que ao tratamento e compreensão do viver em sociedade respeitando os direitos e as diferenças de cada grupo de indivíduos. No âmbito das vicissitudes, ambas as partes necessitam de subsistência, mais para isso, necessitam também da vida, no vislumbrar do percurso histórico passado, não há necessidade que mais indígenas e negros morram em prol de uma classe dominante no pujante do eurocentrismo.

3 Reflexões sobre os movimentos sociais de negros e indígenas

A análise das lutas enfrentadas pelos movimentos sociais é algo envolto na persistência e no anseio por melhorias e mudanças, de grupos específicos. Isso pode ser visualizado na incorporação ao currículo escolar, da disciplina voltada para a História da África e relações étnico-raciais. Tendo em vista, que os materiais e fontes utilizadas para se trabalhar tal temática é deficitário, mas que vem progredindo e construindo novos aprendizados a partir desses movimentos, deste modo Nilma afirma que:

[...] o movimento negro, no Brasil, conquanto sujeito político, tem sido o principal responsável pelo reconhecimento do direito à educação para a população negra, pelos questionamentos ao currículo escolar no que se refere ao material didático que apresenta imagens estereotipadas sobre o negro, pela inclusão da temática racial na formação de professores(as), pela atual inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares e pelas políticas de ação afirmativa nas suas mais diferentes modalidades. Nesse sentido, é possível afirmar que este movimento



social apresenta historicamente um projeto educativo, construído à luz de uma realidade de luta (Gomes, 2010, p. 137).

Neste sentido, observa-se a luta indígena, por um currículo adequado voltado para as realidades e necessidades dos povos indígenas, visto que, é pertinente um currículo intercultural que atenda às necessidades das populações indígenas com as diferenciações que cada etnia contém. Vislumbra-se que, ambas as questões citadas anteriormente são problemáticas ainda existentes na nossa sociedade, uma com novas perspectivas sendo implementadas e outras sendo construídas, ambas com algo incomum que é o convívio com as práticas racistas, tendo destacado isso a autora Nilma ressalta que:

[...] Esse se choca, muitas vezes, com a racionalidade hegemônica que impera na teoria social e pedagógica, visto que, apresenta outro tipo de saber, construído numa história em que a diversidade étnico-racial sempre esteve presente, em que a alteridade sempre esteve pautada, não só no reconhecimento do Outro, mas na luta política de ser reconhecido como um Outro que tem direito de viver a sua diferença e ver sua cultura e sua identidade respeitadas tanto no cotidiano das escolas e dos seus currículos quanto na política educacional. Esses 'saberes em movimento' indagam a Pedagogia e a teoria educacional acerca da forma como está se relaciona com os saberes construídos pelos movimentos sociais (Gomes, 2010, p. 137).

Observa-se, muitos artigos escritos e até mesmo livros sobre os povos indígenas, mas nos livros didáticos das escolas a menção aos povos indígenas é de forma superficial não há algo específico que contenha toda ou parte de sua história para ser passado às gerações presentes e futuras, ou seja, o indígena é visto no âmbito da educação na chegada dos portugueses e algumas menções que retratam alguns povos indígenas em seus cotidianos, além de que, observa-se na escola e até mesmo nas universidades um déficit, que pode ser associar a questão que a autora Djamila Ribeiro já contempla em seu livro: O que é lugar de Fala? Tendo esse livro como referência, pode-se tecer algumas reflexões sobre o lugar e atuação indígena na sociedade, a autora Djamila evidencia a seguinte questão:

[...] Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? (Ribeiro, 2017, p. 36).

Em observância às constatações realizadas pela autora e olhando para a questão indígena, quantos autores indígenas lemos durante o processo formativo escolar e na graduação ou pós-graduação? Quantos professores indígenas tivemos dentro de nossa formação? É pertinente refletir, será mesmo, que não conseguimos aprender nada, a partir do lugar de fala do próprio professor ou professora indígena? Quem ocupa esse espaço e lugar de fala dos povos indígenas? Deste modo, a autora Djamila Ribeiro (2017) pontua que “Essas



experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse a certos espaços” (2017, p. 36). Nota-se que, as populações indígenas, também sofrem com o lugar social que ocupam, que não os propicia almejar outros espaços, mas sim os limita.

Se pensarmos de forma rápida e sucinta, o que as questões étnico-raciais têm a ver com a questão indígena é simples, ambas perpassam pelo racismo. Mas é observado que desde a colonização nada se faz para mudar o racismo estrutural existente e pertinente na sociedade. Em pensar que a maioria dos indivíduos da sociedade reproduzem um racismo contra os indígenas pautado nas falácias existentes na mídia e no senso comum, deixando de lado, que a realidade indígena em si pode ser difícil e dolorosa a julgar pelo avançar da sociedade, que não coloca em pauta a vivência indígena, mas sim, coloca em evidência só aquilo que é o indivíduo não indígena.

Em diálogo com o artigo de Milanez et al que traz o debate “O Racismo Contra os Povos Indígenas” observa-se que “[...] O racismo no Brasil é por isso mesmo ambíguo, e alicerçado em uma constante contradição: a de negar a existência de práticas racistas, e a existência do preconceito racial” (Milanez, et. al. 2019, p. 2168).

Observa-se, na sociedade a luta indígena por educação dentro daquilo que são as aldeias almejando empregos dentro da aldeia e também fora, e essa busca até mesmo pela educação é uma busca desigual e mais uma vez isso entra em choque com a negritude, pois indígenas e negros são considerados indivíduos que ocupam as camadas mais baixas da sociedade e os ditos meios principalmente para adentrar as universidades chamados de reparação histórica não contemplam todos que querem pleitear vaga para habitar esses espaços. E há também muitos que nem pensam em habitar este espaço devido a todos os tipos de racismo que podem ser enfrentados.

É interessante pensar o que impede os indivíduos de avançar e superar o racismo? Julgar a cor da pele ou etnia enquanto fator de não ter um bom intelectual ou de ser um corpo mais propício para carregar peso. A sociedade avança se sofisticado a cada dia, mais o tratamento e as relações para aquele que é o humano ainda são pautados no poder aquisitivo e na raça, como se cada povo tivesse que se fechar e viver somente no grupo dos seus pares, não podendo haver interação com outros grupos devido ao racismo, visto que é primordial que o racismo seja assim destacado, pois o mesmo é fruto da violência, preconceito e discriminação.



Uma sociedade munida no pensamento “para que indígena quer terra?” Mas se pensamos bem em um exemplo que elucida isso: se o indígena é retirado de sua terra para dar lugar aos garimpos ou fazendeiros, para onde os mesmos irão? Para a cidade? Vindo para cidade terão acesso a trabalho, comida enfim questões básicas para sobrevivência? E ainda pode-se acrescentar a comunicação do indígena com o não indígena. São inúmeras problemáticas de um racismo que muitos indivíduos da sociedade atual reproduzem sem pensar nas consequências dessas falas, falas essas que nem os líderes que já passaram pelo governo da presidência do Brasil se isentam, ou seja, negros e indígenas, vivem na dicotomia de se reafirmar constantemente, pois, os indivíduos da sociedade ainda não enxergam amplas as raças pela perspectiva de igualdade.

A priori, pensar na sociedade de forma igualitária é algo audacioso, pois exige muitas mudanças, com políticas públicas mais amplas que atendem de forma mais eficazes às demandas das populações negras e indígenas, é notório que os movimentos negros alcançaram muitas mudanças, mais ainda é necessário avançar, já relacionado a causa indígena muito se tem a avançar, pois a representatividade das populações indígena dentro da sociedade contemporânea ainda é pequena. Sendo assim, a conscientização e sensibilização do não ao racismo independente da raça ou cor é algo a ser trabalhado nas salas de aulas em suas múltiplas instâncias, pois uma das bases do racismo é a ignorância e a falta de conhecimento sobre determinados grupos.

4 Algumas Considerações possíveis

O presente artigo realizado mediante estudo bibliográfico, a partir de experiências e reflexões ensejadas no curso da disciplina de Seminário Avançado I da linha de pesquisa movimentos sociais, política e educação popular, visou verificar as formas de racismo existentes contra os povos originários e negros e que avanços se alcançaram no tocando do passar dos anos na tomada de medidas para transformar as atitudes e posicionamentos humanos relacionados aos indígenas e negros.

Visto que, a partir das discussões relatadas no artigo, é necessário políticas públicas eficientes que realmente resolvam as questões que ainda são latentes na sociedade, as políticas existentes são ineficientes e deficitárias o que faz com que negros e indígenas ainda sejam enxergados na contemporaneidade como inferiores. Contudo é pertinente discutir as questões que compõem o racismo, pois, o mesmo não é algo de fácil compreensão, mesmo que haja muitas temáticas e debates que discutam esse tema, falar sobre o racismo é um lugar de fala



permitido ao negro e indígena, pois só eles sabem o que sofrem na pele, os julgamentos tecidos ao olhar da sociedade que é excludente para com tal populações, e as lutas dos mesmos é contra um sistema que não quer que os mesmo avancem, neste sentido negros e indígenas formam os pilares de resistência e persistência.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal-Secretaria de Editoração e Publicações- Coordenação de Edições Técnicas. 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 02 de junho de 2024.

GLOBO-G1/Mato Grosso. **Notícias**. População indígena de MT cresce 12,64%, aponta IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/08/07/populacao-indigena-de-mt-cresce-3689percent-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 02 de junho de 2024.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133/17537>. Acesso em 22 de abril de 2024.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MILANEZ, Felipe; SÁ, Lucia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe; URBANO, Elisa; PATAXÓ, Genilson dos Santos. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas / **Revista Direito Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 03, 2019 p. 2161-2181. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/43886| ISSN: 2179-8966. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3SxDNnSRRkLbfh3qVFtmBDx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 05 de maio de 2024.

PEIXOTO, Kércia Priscila Figueiredo. **Racismo contra indígenas: reconhecer é combater**. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/25363/28917>.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala**. Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2017. 112 p.; 15,9 cm. (Feminismos Plurais). Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2024.